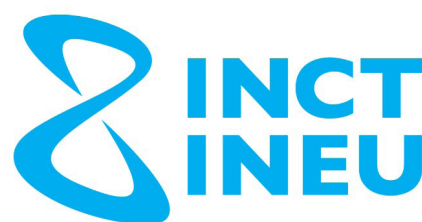


cadernos



INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA PARA ESTUDOS
SOBRE OS ESTADOS UNIDOS
NATIONAL INSTITUTE OF SCIENCE
AND TECHNOLOGY FOR STUDIES
ON THE UNITED STATES



CRISE E QUASE CRISES.
**Reflexões sobre *A Sociologia das Crises Políticas*, de
Michel Dobry, a partir da experiência histórica brasileira**

Cadernos Cedec nº 116
(Edição Especial Cedec/INCT-Ineu)
Setembro de 2013
Sebastião C. Velasco e Cruz

CRISE E QUASE CRISES.
Reflexões sobre *A Sociologia das Crises Políticas*, de
Michel Dobry, a partir da experiência histórica brasileira *

Cadernos Cedec nº 116
(Edição Especial Cedec/INCT-INEU)
Setembro de 2013

Sebastião C. Velasco e Cruz **

* Esta publicação contou com o apoio financeiro do CNPq, através do Programa INCTs (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia) (Processo nº 573860/2008-4), e da FAPESP (Processo nº 2008/57710-1).

** Professor titular de Ciência Política do IFCH-Unicamp e vice-coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) (e-mail: velasco@unicamp.br).

Cadernos Cedec nº 116 (Edição especial Cedec/INCT-Ineu), set. 2013

CONSELHO EDITORIAL DOS CADERNOS

Adrián Gurza Lavalle, Alvaro de Vita, Amélia Cohn, Brasílio Sallum Jr., Cicero Araujo, Elide Rugai Bastos, Gabriel Cohn, Leôncio Martins Rodrigues Netto, Marco Aurélio Garcia, Miguel Chaia, Sebastião Carlos Velasco e Cruz, Tullo Vigevani

DIRETORIA

Presidente: Cicero Araujo

Diretor-tesoureiro: Gabriela Nunes Ferreira

Diretor-secretário: Marcelo Marcos Piva Demarzo

Cadernos Cedec
Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
São Paulo: Cedec, setembro de 2013

Periodicidade: Irregular

ISSN: 0101-7780

APRESENTAÇÃO

Os *Cadernos Cedec* têm como objetivo a divulgação dos resultados das pesquisas e reflexões desenvolvidas na instituição.

As atividades do Cedec incluem projetos de pesquisa, seminários, encontros e *workshops*, uma linha de publicações em que se destaca a revista *Lua Nova*, e a promoção de eventos em conjunto com fundações culturais, órgãos públicos como o Memorial da América Latina, e centros de pesquisa e universidades como a USP, com a qual mantém convênio de cooperação.

O desenvolvimento desse conjunto de atividades consoante os seus compromissos de origem com a cidadania, a democracia e a esfera pública confere ao Cedec um perfil institucional que o qualifica como interlocutor de múltiplos segmentos da sociedade, de setores da administração pública em todos os níveis, de parlamentares e dirigentes políticos, do mundo acadêmico e da comunidade científica.

O que é o INCT-INEU?

O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos está voltado precipuamente à análise das relações exteriores do Estado norte-americano. Dada a centralidade desse país no sistema mundial, o escopo do Instituto é bastante amplo. Como os Estados Unidos há muito definem seus interesses em perspectiva global e desde a Segunda Guerra os perseguem de forma consequente nesse âmbito, o trabalho do Instituto envolve consideração dos regimes internacionais e dos contextos regionais em que se exerce a ação do Estado norte-americano.

SUMÁRIO

1. NOTA PRELIMINAR E OBJETIVO	5
2. REPÚBLICA BRASILEIRA. RECORRÊNCIA DA CRISE E A PRESENÇA MILITAR NA POLÍTICA	8
3. CRISES E “QUASE-CRISES” NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	13
3.1. A crise da renúncia, em agosto de 1961, e o golpe de 1964	14
3.2. O Movimento pelas “Diretas Já” e o fim do regime de 1964	21
4. CRISES E QUASE CRISES: UM NOVO OLHAR À SOCIOLOGIA DAS CRISES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA	26

1. NOTA PRELIMINAR E OBJETIVO

Aparentemente periférico, um dos movimentos decisivos na obra *Sociologia das crises políticas*, de Michel Dobry, consiste na crítica à abordagem da história natural, de emprego corrente no estudo das revoluções.

Não custa memorizar. Esta linha de análise – que encontra sua expressão paradigmática no clássico *Anatomia da revolução*, de Crane Brinton – define como objetivo precípua de pesquisa a caracterização das etapas sucessivas do processo conducente ao tipo de resultado histórico considerado – nesse caso, as revoluções. Subjacente a tal programa de trabalho, o pressuposto, mais ou menos conscientemente assumido, de que as diferentes fases e etapas do processo analisado obedecem a padrões determinados e se distinguem por um conjunto de regularidades, cuja identificação daria ao investigador a chave de que necessita para entender o “fenômeno-efeito” em questão.

Dobry examina meticulosamente os problemas lógicos que perpassam esse programa de trabalho, aparentemente singelo, e mostra como estes derivam da maneira mesma como se define em tal programa o objeto da investigação. Com efeito, ao indagar do complexo causal que estaria a determi-

nar tal ou qual resultado histórico (ou tipo de resultado), o pesquisador se veria impossibilitado de estudar, de forma controlada, as conexões causais apontadas na explicação.

“le chercheur qui ... partira des effets ... pour remonter les chaînes des déterminations, aboutira à un véritable impasse: l'impossibilité logique – et surtout pratique – de percevoir aussi bien les différences que les similitudes entre la catégorie des phénomènes ainsi découpés et d'autres enchaînements historiques, éventuellement voisins, mais qui auront eu l'inélégance d'avoir aboutir à des résultats ne coincidant pas avec la définition du phénomène-effet ayant servi du point de départ de l'analyse.”¹

Nessas condições, como garantir que, em outras circunstâncias históricas, “as mesmas causas ou as mesmas configurações causais não produzem efeitos mais ou menos diferentes”?²

Nesta linha de raciocínio, compreende-se a importância atribuída pelo autor a um episódio afastado no tempo, ocorrido em um país “exótico”, em um continente tão rico em crises políticas. Refiro-me à Revolução boliviana de 1952. Revolução que, por não ter descrito a sequência completa das etapas indicadas, detém títulos duvidosos para portar tal nome.

¹ DOBRY, Michel. *Sociologie des crises politiques*. 1ª ed. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986, p. 66.

² Id. ibidem, p. 70.

Localizada a raiz do problema na obra dos clássicos, Dobry analisa criticamente trabalhos mais recentes e teoricamente bem mais sofisticados, mostrando que – por compartilharem os pressupostos metodológicos da abordagem em causa –, a despeito da riqueza eventual de observações sobre aspectos particulares dos fenômenos estudados, eles padecem das dificuldades já referidas. Mas não é preciso acompanhá-lo nesse percurso. Para os propósitos do presente artigo, basta agregar aqui duas observações rápidas, para salientar o alcance e a natureza da crítica.

1. Como indicado em sua formulação original, o argumento exposto telegraficamente acima não está endereçado a estudos sobre tal ou qual problema. Ele tem por alvo uma forma determinada de conceber a explicação do fenômeno político, não sendo surpreendente, assim, constatar que o autor o reitera em trabalhos posteriores, a propósito de temas bem diferentes.³

³ Cf. DOBRY, Michel. “Les voies incertaines de la transitologie: choix stratégiques, sequences historiques, bifurcations et processus de path dependence”. *Revue Française de Science Politique*, vol. 50, nº 4-5, 2000, pp. 585-614; “Avant-propos”. In: DOBRY, M. (org.). *Le mythe de l’allergie française au fascisme*. Paris: Albin Michel, 2003, pp. 36 e segs. Ou a discussão sobre o escândalo Stavisky e seu impacto na III República francesa, no artigo “Ce dont sont faites les logiques de situation”. In: FILLIEULE, O.; FAVRE, P.; JOBARD, F. (dirs.). *L’atelier du politiste*. Théorie, actions, représentations. Paris: La Découverte, 2007, pp. 119-148.

2. Ao contrário do que poderia sugerir uma leitura apressada, esse argumento não diz respeito à relação “causa-efeito”, como forma de entendimento. Naturalmente, Dobry não imagina que as situações de seu interesse – compreendidas na categoria de “conjunturas fluidas” – emergem em processos históricos reais independentemente das condições em vigor em momentos prévios desses processos. Não obstante, ele rejeita – de forma inteiramente consequente – a cobrança ingênua de que deveria ter explorado os determinantes causais deste tipo de conjuntura. Indicadas expressamente no corpo da obra, as razões para tal recusa foram apresentadas de forma mais desenvolvida no longo prefácio que o autor escreveu para a terceira edição de seu livro. A busca de causas é uma via de acesso ilusória ao conhecimento geral (teórico), porque não existe relação necessária entre os fenômenos empíricos considerados e os encadeamentos causais que presidem sua ocorrência. Cada caso é um caso, e a investigação deles só pode nos revelar configurações particulares, que reservam sempre espaço amplo à contingência. O historiador dedica-se legitimamente a este ofício quando compõe sua narrativa. Mas, se almejamos a produção de conhecimento de ordem nomológica, devemos evitar a tentação de seguir este caminho.

A aludida cobrança manifesta a incompreensão do leitor sobre o interesse cognitivo que informa a obra:

“la théorie des conjonctures fluides ne prétend acunement prédire quand et pourquoi surgissent des mobilisations affectant sur un mode concurrentiel plusieurs secteurs différenciés de nos sociétés – ce que j’appelle les mobilisations multisectorielles. Cette théorie se borne à rendre raison de ce qui advient lorsqu’on est en présence de ces mobilisations, une fois qu’elles son là.”⁴.

A elaboração desta teoria avançada do abstrato ao concreto, como convém. Parte de conceitos gerais (“mobilizações”, “setores”, “mobilizações multisectoriais”, “conjunturas fluidas”), cunhados com base em elementos filtrados de ampla literatura nos campos da Sociologia e da Ciência Política; esboça uma representação idealizada da dinâmica política em situações rotineiras, e contrapõe a esta a feição que assume o jogo político em contextos marcados por mobilizações multisectoriais, as “conjunturas fluidas”. A análise das propriedades que tipificam esses contextos permite derivar um conjunto de implicações empiricamente contrastáveis, que surpreendem o leitor ao iluminar aspectos insuspeitados da realidade e organizar de forma coerente as informações fragmentárias até então

disponíveis sobre o fenômeno da crise política.

Observada esta preliminar metodológica, o objetivo do presente artigo é sugerir a conveniência de introduzir, nos marcos dessa teoria, uma noção situada em grau algo mais baixo na escala de abstração, a saber, a noção de “quase crises”. Com esta expressão um tanto canhestra quero me referir a certas conjunturas as quais, embora tendo sido vividas pelos agentes como “críticas”, não apresentam as propriedades elementares das conjunturas fluidas, ou o fazem apenas muito imperfeitamente.

À luz dos esclarecimentos de Dobry sobre o caráter “*tendencial*” das referidas propriedades, e do caráter idealizado da noção de fluidez, o movimento que me disponho a esboçar aqui pode parecer ocioso. Mas, imperfeições há em graus variados, e de diferentes tipos. Este artigo nasce da convicção de que a consideração sistemática dessas diferenças pode contribuir para refinar a análise de casos particulares de crise política, e pode resultar em avanços no plano da teoria.

Para cumprir este objetivo, lançarei mão de um expediente simples. Tomando como campo privilegiado de observação a política de um país específico – o Brasil – farei um cotejo de algumas situações de crise que se sucederam em determinado lapso de

⁴ DOBRY, Michel. *Sociologie des crises politiques*. 3ª ed. Paris: Sciences Po. Les Presses, 2009, p. XXXV.

tempo, aproximando-se (ou se distanciando) em graus variados do tipo ideal da “conjuntura fluida”.

Apresentados os elementos de informações indispensáveis ao entendimento de cada uma delas, cuidarei de apontar os aspectos que as tornam mais ou menos “imperfeitas”.

Finalmente, procurarei sugerir acréscimos e/ou modificações na “teoria das conjunturas fluidas” visando enriquecê-la com novas ferramentas para o estudo sistemático das ditas “imperfeições”. Se o exercício for bem sucedido, estarei confortado na ideia de que a sociologia das crises políticas, de Michel Dobry, deve ser concebida não como uma construção pronta e acabada, mas como um sistema teórico vivo, capaz de gerar a partir de seus próprios elementos os instrumentos necessários para lidar com novos problemas.

2. REPÚBLICA BRASILEIRA. RE-CORRÊNCIA DA CRISE E A PRESENÇA MILITAR NA POLÍTICA

Desde a proclamação da República, em 1889, a vida política no Brasil foi entrecortada por um sem-número de episódios que podemos qualificar vagamente de críticos. Não precisamos nos deter em nenhum deles. Para os propósitos do argumento esboçado aqui, basta assinalar que um dos traços mais salientes de quase todos é o pro-

tagonismo da caserna. Nascida em golpe militar, a República brasileira conviveu duradouramente com o espectro da intervenção castrense. Ele se fez presente nas múltiplas revoltas que marcaram os primórdios do novo regime; voltou a se manifestar na presidência do general Hermes da Fonseca (1910-1914), com as intervenções “salvadoras” em inúmeros estados da federação; abalou a ordem vigente pouco depois, ao reaparecer na figura do “*tenentismo*” – movimento antioligárquico conduzido por oficiais de escalões inferiores, que empunharam armas contra o governo em 1922 e, novamente, em 1924/1927; e participaram, com papel de destaque, na “Revolução de 30”, que deu cabo à “Primeira República.”

A história não termina aí. Os militares estiveram implicados em todas as crises que desaguaram no “Estado Novo” (1937), e foi um ultimato conjunto dos ministros das três Armas que precipitou a queda, em 1946, do personagem dominante nesse regime – o presidente Getúlio Vargas, que governava o Brasil desde 1930. A “República liberal” (1946-1964) conheceu inúmeras intervenções tóxicas, até que a última delas inaugurou um período inédito, no qual as Forças Armadas deixaram de intervir na política, como instância externa, pois haviam assumido, institucionalmente, a responsabilidade direta

pela condução dos assuntos de governo.

Bastante seletivo, o arrolamento acima é eloquente. Mas há um elemento nele que pode induzir em erro. Com efeito, ao manter constante a referência ao agente (na linguagem propositalmente solta que estamos empregando aqui “caserna”, “militares”, “Forças Armadas” etc.), a listagem oculta o fundamental: quando falamos da organização militar no Brasil em 1889 e 1964, estamos referindo dois entes, sob todos os aspectos, muito diferentes.

Apesar das reformas introduzidas sucessivamente desde 1850, que o afastaram do modelo aristocrático prevalente até então – abertura de vias de acesso mais amplas ao oficialato, pela introdução de regras formais para as promoções e pela criação de escolas especializadas; fim do recrutamento forçado, com a Lei do Sorteio, de 1874; mudança nas práticas disciplinares, com a abolição do sistema baseado no castigo físico⁵ –, nas primeiras décadas da República o Exército brasileiro ainda distava muito da organização burocrática, centralizada, disciplinada, com fronteiras bem definidas que associamos

comumente à noção de um exército moderno.

Claramente percebido na época, esse fato está na origem do movimento pela reforma da organização militar desencadeada na segunda década do século XX por oficiais inspirados nos exércitos europeus, em particular da França e da Alemanha: os assim chamados “jovens turcos”. Entre as inúmeras distorções que debilitavam o Exército brasileiro então, podemos destacar as seguintes: 1) deficiências graves na formação dos oficiais, obtida em cursos que, embora ministrados em escolas especializadas, privilegiavam o ensino geral e disciplinas acadêmicas (Matemática, Direito, Filosofia ...); 2) regras formais e informais que dificultavam a ascensão do oficial na carreira, provocando o “inchamento” dos escalões inferiores da hierarquia; 3) escassez e obsolescência do equipamento disponível; 4) insuficiência numérica e baixa qualidade da tropa, composta em sua grande maioria de trabalhadores pobres desempregados e de indivíduos com maus antecedentes; 5) efetivos reduzidos, organizados em pequenas unidades, com grande concentração em alguns poucos estados (Rio Grande do Sul e Mato Grosso); 6) ausência de programas sistemáticos de treinamento

⁵ Cf. SCHULZ, John. *O Exército na política. Origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994; McCANN, Frank. *Soldiers of the Pátria: a history of the Brazilian Army, 1889-1937*. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 2004.

da tropa, e de regulamentos disciplinares definidos.⁶

A esses fatores internos à organização acrescentavam-se outros, relativos a seu ambiente: a precariedade da infraestrutura de transporte e de comunicações do país; a pobreza e as condições lastimáveis de saúde e de educação da grande maioria de seus habitantes; em outro plano, a concorrência que sofria de outros corpos armados: as polícias militares dos estados mais importantes da federação, que dispunham de tropas numerosas e equipamentos pesados – no caso de São Paulo, inclusive aviões.

Essas características da organização militar refletem, em grande medida, os dados estruturais da política e da sociedade envolventes. *Política*: o pacto que pôs termo ao caos dos primeiros anos da República, com base na autonomia dos estados e no reconhecimento do poder de mando das suas respectivas oligarquias⁷. *Sociedade*: um

sistema espacialmente fragmentado, o qual – embora contivesse regiões econômica e socialmente dinâmicas, como o estado de São Paulo – estava longe de apresentar as características de uma sociedade complexa, tal como definidas por Dobry.

A experiência da Coluna Prestes torna patente esse fato. Desdobramento do levante tenentista que eclodiu em São Paulo e no Rio Grande do Sul no segundo semestre de 1924, a coluna móvel que leva o nome de seu comandante – o futuro secretário geral do Partido Comunista brasileiro, capitão Luís Carlos Prestes – fez um trajeto de cerca de 25 mil quilômetros, percorrendo o interior do Brasil, de Sul a Norte, até internar-se, em 1927, no território da Bolívia. Na maior parte dessa marcha, de objetivos menos militares do que políticos – não almejavam ocupar territórios, nem destruir pelas armas o inimigo –, os combatentes da Coluna foram perseguidos por milícias estaduais e bandos armados, sob ordens de “senhores da guerra” que faziam e aplicavam a lei nas regiões mais recônditas do País. O governo central preferia recorrer a essas forças a mobilizar as tro-

⁶ Cf. CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. Vol. 9. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006, pp. 197-257 (1ª ed.: Difel, 1977); McCANN, Frank, *op. cit.*; DOMINGOS NETO, Manuel. “L’influence étrangère et la formation des groupes et tendances au sein de l’armée brésilienne (1889-1930)”. In: ROUQUIÉ, Alain (dir.). *Les partis militaires au Brésil*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980, pp. 41-63.

⁷ Cf. SOUZA, Maria do Carmo Campello. “O processo político-partidário na Primeira República”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1975 (6ª ed.),

pp. 162-226; CARDOSO, Fernando Henrique. “Dos governos militares a Prudente–Campos Sales”. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira*. Vol. 7. São Paulo: DIFEL, 1975, pp. 15-50, e o brilhante ensaio interpretativo de LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

pas do Exército, pois além de ralas e mal preparadas, estas podiam vir a engrossar as fileiras do inimigo⁸.

Em meados do século XX, porém, a sociedade brasileira já tinha alcançado o patamar de complexidade requerido pela teoria de Dobry. 1930-1946. Não posso me deter aqui no conjunto articulado de mudanças, fortemente induzidas pelo Estado, que assentaram as bases do Brasil moderno⁹; limito-me a algumas observações sumárias sobre o período crucial, que vai da Revolução de 30 ao fim do Estado Novo, em 1945.

A primeira delas para assinalar a descontinuidade entre a crise da ordem oligárquica e o processo de transformações que a ruptura política desencadeia. Com efeito, o movimento que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930 trazia ainda a marca da Primeira República: aliança entre oligarquias regionais (Rio

Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba); mobilização do inconformismo militar (os antigos “tenentes”); plataforma anódina (anistia, liberdade de pensamento, voto secreto, justiça federal, ensino, questão social) pouco diferente do programa do candidato oficial¹⁰. Formado o governo provisório, depois da deposição incruenta de Washington Luís, o debate político brasileiro se transforma radicalmente, com a entrada de novos atores e o súbito aflorar de uma agenda nova.

Nesse período conturbado – um analista computou 94 episódios de insubordinação militar no seu decurso¹¹ – três eventos de significação maior devem ser assinalados: a “Revolução Constitucionalista de 1932” – levante militar promovido pelo conjunto das elites paulistas, inconformadas com a intervenção externa nos assuntos de seu Estado –, que foi esmagada militarmente, mas redundou em um compromisso político de grande alcance; as eleições para a Assembleia Constituinte, em novembro de 1933, e a promulgação da “Constituição de 34”; a sublevação dos militares de esquerda (oficiais, sargentos e praças), organizados na Aliança Nacional Libertadora – a assim chama-

⁸ Para uma visão geral da Coluna Prestes, cf. MacAULAY, Neil. *The Prestes Column*. New York: New Viewpoints, 1974; sobre um dos principais chefes de exércitos privados que a combateram, o coronel Horácio de Matos, da Chapada Diamantina, cf. MORAES, Walfrido. *Jagunços e heróis*. A civilização do diamante nas lavras da Bahia. Salvador: Edições GRD, 1973.

⁹ O máximo que posso fazer é indicar alguns poucos títulos que poderiam servir de “roteiro de viagem” para o leitor pouco familiarizado com o caso brasileiro: FURTADO, Celso. *La formation économique du Brésil*. Paris: Mouton, 1973; MARTINS, Luciano. *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Anthropos, 1976; WIRTH, John D. *The politics of Brazilian development, 1930-1954*. Stanford: Stanford University Press, 1970

¹⁰ Cf. MOREIRA, Rangel. *As duas plataformas*. São Paulo: Casa Garraux, 1930.

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. “Forças Armadas e política: 1930-1945”. In: _____. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005, pp. 62-101.

da “Intentona Comunista”, que foi brutalmente reprimida, e logo convertida em um dos motivos principais do discurso ideológico que ajudou a coesionar o Exército no período subsequente; a neutralização da Brigada Militar gaúcha, em 1937, com a deposição do governador Flores da Cunha; em novembro do mesmo ano, o golpe que fecha o Congresso, outorga uma nova Constituição e extingue os partidos políticos.

A segunda observação necessária concerne ao papel das Forças Armadas neste último episódio e, de maneira mais geral, no Estado Novo. Com efeito, mais conhecida em sua face civil, a ditadura varguista repousava em uma sólida aliança com os militares. Convém enfatizar: não com esta ou aquela facção destes, mas com os dirigentes que, agora, apresentavam-se, sem contestação, como porta-vozes da instituição.

É que, em meio a episódios evocados no parágrafo anterior, em grande medida favorecido por estes – o comprometimento de muitos oficiais graduados na Revolução de 1932 abriu “claros” que permitiram a rápida promoção de líderes militares identificados com o regime e as medidas adotadas depois de 1935 para eliminar a política na corporação “incluíam necessariamente um endurecimento geral da dis-

ciplina”¹² –, o grupo de oficiais “modernizadores”, mas de inclinações direitistas, conseguiu unificar o Exército sob sua liderança. A passagem do estudo de José Murilo Carvalho, cujos resultados tentamos comprimir neste poucos parágrafos, expõe com clareza algumas das conexões principais nesse processo.

“A queda de Flores era o fim definitivo da velha ordem e do papel subordinado que nela representava o Exército. O golpe, indo na esteira da agitação popular que se fazia em torno das eleições ... inaugurava nova ordem ... Sete anos antes, uma parcela do Exército liderara o movimento de destruição da velha ordem, agora a instituição servia de parteira da nova ordem, diferente da imaginada pelos revolucionários de 1930. A ênfase agora não estava nas reformas sociais, na representação classista, no combate ao latifúndio, mas no desenvolvimento econômico, na indústria de base, na dívida externa, na exportação, nas estradas de ferro, no fortalecimento das Forças Armadas, na segurança interna e externa.”¹³

Na realização de tal programa, esse grupo foi muito ajudado pelas circunstâncias sobrevindas com a eclosão da Segunda Guerra: os recursos e a tecnologia para a montagem da primeira grande usina siderúrgica brasileira foram obtidos no contexto da negociação em torno da entrada do Brasil no conflito, e o reaparelhamento do Exército foi viabilizado pelo Lend Lease Act,

¹² Cf. CARVALHO, José Murilo de, id., ibid, pp. 82-3 e p. 86.

¹³ Id., ibid, pp. 98 e 99.

programa generoso de financiamento criado pelo governo Roosevelt, em 1941, como parte da grande estratégia dos Estados Unidos.

Finda a guerra, sem muito mais a esperar de Vargas e inquietos com os acenos que este começava a fazer para a massa trabalhadora, os dirigentes desse mesmo grupo – cujo lema fora expresso por seu líder intelectual, o general Góes Monteiro, na fórmula lapidar “fazer a política do Exército, não a política no Exército” – levaram “institucionalmente” ao ditador a exigência de sua renúncia.

Consagrava-se, assim, o mal denominado “papel moderador das Forças Armadas”: o entendimento tácito em torno das prerrogativas dos militares de intervir no processo político sempre quando, por ações e/ou omissões, o governo de turno criasse – ou permitisse que outros criassem – situações tidas pela hierarquia como atentatórias à segurança nacional e à ordem constituída.

Com ele, a presença militar na política brasileira se fazia sentir de duas formas: como elemento estrutural, que passava a balizar o espaço do possível; e como força ativa, manifestada nas inúmeras intervenções tópicas que realizava sempre que se mostrava necessário efetuar uma “correção de rumo”.

Embora isso não estivesse nos planos dos protagonistas, o modelo aludido acima sofre uma alteração profunda com o golpe de 1964. A partir daí, as Forças Armadas tomam as rédeas do governo. O Brasil conhece, então, a série de presidentes generais (ou melhor, generais-presidentes) que começa com Castelo Branco, segue com Costa e Silva, passa por Médici e Geisel e terminará com João Baptista de Oliveira Figueiredo. A sucessão deste colocará em confronto dois políticos civis, em uma conjuntura eletrizada pelas “mobilizações multissetoriais” que confluíram na campanha pelas “Diretas Já”, em 1984. Tratarei desta e de outras conjunturas no próximo item deste artigo.

3. CRISES E “QUASE-CRISES” NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Contando com aquelas que desaguaram na ditadura militar nos anos 1960, desta época até o presente o Brasil conheceu seis conjunturas de crise, de dimensões e características muito diferentes: 1961; 1964; 1968; 1984; 1992 e 2005¹⁴. Foge ao escopo

¹⁴ Esta lista exclui a crise que sacudiu as Forças Armadas brasileiras, em particular o Exército, quando da morte de Costa e Silva. Com o Congresso fechado, no auge de sua campanha contra as organizações de esquerda lançadas na luta armada, em momento tornado ainda mais tenso pelo sequestro do embaixador Elbrick, dos Estados Unidos, na ausência de procedimentos definidos para escolher o nome do general que deveria suceder o presidente falecido, o Exército se divide gravemente, com suas

deste artigo analisar cada uma delas, e nem haveria tempo ou espaço para isso. Procurando fornecer ao leitor elementos de informação mínimos para que ele possa acompanhar a exposição, o que me disponho a fazer neste tópico é assinalar as características mais relevantes de três dessas conjunturas, a saber, 1961, 1964 e 1984, tendo em vista o quadro de referência construído na obra de Dobry sobre as crises políticas.

3.1. A crise da renúncia, em agosto de 1961, e o golpe de 1964

Os dois primeiros casos serão tratados conjuntamente aqui pela forte continuidade existente entre eles. Com efeito, a despeito das marchas e contramarchas ocorridas nesse interregno, os dados da crise que culminou na deposição do presidente João Goulart estavam plantados na solução “conservadora” aviada para contornar o veto ao seu nome pelos ministros militares de Jânio Quadros, o presidente renunciante.

A rejeição a Goulart não surpreende. Depois de longa espera e várias

duas facções principais chegando perto da troca de tiros. A razão para não considerá-la aqui é o fato de esta crise ter se desenrolado intramuros, sendo “resolvida” por uma artimanha questionada pelos perdedores, mas que teve o condão de restaurar a unidade momentaneamente perdida. A narrativa mais rica desse episódio foi produzida por Carlos Chagas, em seu livro *113 dias de angústia*. Impedimento e morte de um Presidente. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda., 1979.

tentativas institucionais (eleições) e extrainstitucionais malogradas, a oposição liberal-conservadora – fortemente “pró-americana”, visceralmente “antigetulista” e anticomunista – chegava finalmente ao governo, em janeiro de 1961, pela mão de Jânio Quadros. Tratava-se, porém, de uma conquista parcial, pois esse político excêntrico, que pavimentara sua carreira meteórica com a denúncia da corrupção e a promessa de um governo “limpo”, não integrava suas hostes. Tendo recebido o apoio da UDN e outras agremiações próximas sem assumir nenhum compromisso definido, uma vez na Presidência Jânio Quadros alienou os companheiros de última hora por sua “política externa independente” – apoio a Cuba, abertura de canais de diálogo com os países comunistas, condecoração a Che Guevara –, ao mesmo tempo em que alimentava o descontentamento no campo adversário, por sua política econômica recessiva e a disposição de expurgar as agências administrativas ligadas ao Ministério do Trabalho, *chasse gardée* do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), cujo expoente maior era João Goulart, o vice-presidente da República¹⁵.

¹⁵ Pela legislação vigente à época, os cargos de Presidente e de vice-presidente eram disputados em eleições simultâneas, mas independentes. Em 1960, o candidato que compunha a chapa de Jânio Quadros, Milton Campos – um udenista histórico – foi fragorosamente derrotado pelo candidato oficial, João Goulart.

Impaciente com entraves enfrentados no Congresso, excessivamente confiante em seus trunfos, depois de um ataque agressivo desferido contra ele em cadeia de rádio e TV por Carlos Lacerda – governador da Guanabara, grande tribuno da UDN e contumaz defensor de golpes de força para anular o resultado das urnas quando estas favoreciam seus inimigos –, Jânio desarvorava a todos ao comunicar a seus ministros militares e auxiliares mais próximos a decisão irrevogável de renunciar à Presidência.

Seria ocioso indagar os propósitos desse gesto, ou detalhar o que sucedeu quando se difundiu a notícia. Tudo que precisamos registrar é o veto imediatamente anteposto pelos ministros militares à posse do vice-presidente Goulart (ora em viagem à China), e a forte reação provocada por esse lance em seu estado natal, o Rio Grande do Sul.

Na verdade, a “crise da renúncia” é uma expressão cifrada para designar a comoção criada pela resistência – civil, inicialmente, civil-militar, dias depois – à tentativa de golpe dada pela Junta que nesses dias governou de fato o país.

Com efeito, enquanto as autoridades militares em várias regiões aderiram ao golpe e silenciaram quaisquer atos contrários a ele em suas respecti-

vas jurisdições – no Rio de Janeiro, Lacerda mobilizou sua polícia, impôs a censura e deteve centenas de indivíduos –, em Porto Alegre o governador Brizola aquartelou-se no Palácio de Piratini, e de lá desenvolveu atividade febril para convencer comandantes militares hesitantes a tomar o partido da legalidade, ao mesmo tempo em que usava cadeia de rádio para conclamar a população a se organizar para o embate que parecia iminente.

Ele acabou não acontecendo. Diante da intensa mobilização, que se estendeu por todo o Rio Grande do Sul – estado de formação histórica peculiar, por se situar na fronteira sul do país, ter sido palco de guerras recorrentes com os vizinhos, e dado origem a movimentos separatistas, duas vezes, depois da Independência –, e da opinião predominante em seu QG, o general Machado Lopes, comandante do III Exército, até então indeciso, rejeitou a ordem do Ministro da Guerra no sentido de ocupar a capital e sobrevoar o Palácio do governo, bombardeando-o em caso de resistência¹⁶.

¹⁶ O documento está transcrito no livro do marechal José Machado Lopes, *O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros*. Um depoimento. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1980, pp. 47-8. Sobre conjunto do episódio, cf. LABAKI, Amir. 1961. *A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

Manifesta a fratura no seio das Forças Armadas, abriu-se espaço para que os políticos em Brasília formassem a “solução institucional” que pôs fim, momentaneamente, à crise: a aprovação, a toque de caixa, da emenda constitucional que introduziu no Brasil o parlamentarismo. Este acordo possibilitou o retorno de Goulart ao Brasil, em segurança, e sua posse como presidente.

Mas, no clima de polarização política que se instaurara, ele não foi suficiente para restaurar a estabilidade no país. Por um lado, havia, por parte do presidente e das forças que o apoiavam, a desconformidade com a amputação de poderes implicada na adoção da fórmula parlamentarista, cujo casuismo ficava patente nas disposições transitórias do Ato Adicional, que previa a possibilidade de realização de um plebiscito sobre a manutenção do sistema parlamentar, poucos meses antes do término de seu mandato¹⁷. De outro, as pressões cruzadas sobre os suces-

¹⁷ A natureza do compromisso alcançado está estampada no artigo 25 da Emenda Constitucional aprovada no dia 2 de setembro de 1961. “Art. 25. A lei votada nos termos do art. 22 (que dispunha sobre leis complementares relativas ao sistema parlamentar do governo) poderá dispor sobre a realização de plebiscito que decida da manutenção do sistema parlamentar ou volta ao sistema presidencial, devendo, em tal hipótese, fazer-se a consulta plebiscitária nove meses antes do término do atual período presidencial.” Cf. Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961. In: CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964)*, 1. Documentos. São Paulo: Difel, 1980, pp. 185-190.

sivos chefes de gabinete, os quais – além de uma agenda doméstica pesada (inflação montante; as “reformas de base”, com destaque para a reforma agrária; o regime do capital estrangeiro¹⁸; o tema explosivo do “voto ao analfabeto”) – tinham que lidar com o contencioso em torno das encampações (nacionalização) de empresas americanas ocorridas em passado próximo no Rio Grande do Sul, e do preço a pagar por outras empresas da mesma origem. Na conjuntura internacional ainda fortemente marcada pela crise de Cuba, este último fator somava-se às desconfianças geradas pelo apoio da esquerda (comunista e não comunista) ao governo Goulart para agravar as tensões em seu relacionamento com os Estados Unidos.

Contrafação parlamentarista, agenda espinhosa, contencioso com os Estados Unidos; uma palavra a mais sobre cada um desses assuntos.

Parlamentarismo. Tendo decepcionado seus defensores mais ardorosos ao aceitar uma mudança de última hora que lhe sonegava os poderes constitucionais, e que fora feita à sua exata medida, Goulart não atuou segundo o *script*. Nem poderia. A fórmula aprovada pelo Congresso reproduzia o modelo do parlamentarismo puro, mas

¹⁸ Regulamentação da lei de remessas de lucro.

a ordem político-administrativa em vigor no país continuava tendo como premissa o regime presidencialista. Era esse o modelo prevalente nos estados da federação, cujos governadores seguiam detendo poder de comando incontrastável. Era esse também o modelo implícito na relação entre os entes da administração pública. Na ausência de legislação complementar, a interação entre o enxerto parlamentarista e o corpo que o repelia dava origem a um sem-número de vazios que passavam a ser preenchidos, caso a caso, de acordo com as relações de força predominantes em cada arena no momento respectivo. Dissolvido o primeiro gabinete, fruto da aliança entre os dois grandes partidos conservadores – o PSD e a UDN –, o segundo foi encabeçado por político obscuro, escolhido pelo presidente. A essa altura, porém, a experiência já era dada como um rotundo fracasso, mesmo pelos chefes militares, pouco afeitos à ideia de um governo em déficit estrutural de autoridade. Assim, não surpreende que, convocado antecipadamente o plebiscito, o parlamentarismo tenha sido rejeitado, em janeiro de 1963, por cerca de 90% dos votantes. Para esse efeito, muito contribuíram os governadores dos principais estados – São Paulo, Guanabara e Minas Gerais –, todos três líderes da oposição a João

Goulart, mas todos três pré-candidatos à Presidência da República.

Agenda complexa. O simples arrolamento dos temas basta para dar uma ideia da dificuldade em negociá-la. Com exceção das questões pontuais (como a encampação de empresas norte-americanas), muitos dos itens que compunham essa pauta estavam em discussão no legislativo brasileiro há um bom tempo. Era o caso da reforma agrária, objeto de inúmeras propostas desde o início da década de 1950, e da lei de remessa de lucros, já aprovada e dependente ainda de regulamentação. Mas, nas circunstâncias que cercaram o início do governo Goulart, esses pontos ganhavam um significado diferente. Tome-se o caso da reforma agrária. Para além das diferenças de visão sobre a economia agrícola (papéis respectivos da agricultura familiar e empresarial) pairava a questão explosiva dos direitos de propriedade fundiária. O constituinte em 1946 acrescentou, ao artigo que previa a desapropriação de terras para fins sociais, a exigência de pagamento do valor do imóvel, em dinheiro, a preços de mercado. Essa cláusula estabelecia uma barreira praticamente infranqueável a qualquer projeto de reforma que visasse transformar a estrutura agrária brasileira, uma das mais concentradas do mundo. Os advogados da reforma agrária sempre se

bateram contra esse dispositivo, sem qualquer sucesso. Mas, nas condições que eram as do Brasil no início da década de 1960, o prognóstico a respeito de suas chances era muito mais indefinido¹⁹.

E havia ainda a questão do voto. Em um país com quarenta por cento de analfabetos, como era o Brasil na época, exigir a assinatura do eleitor para o exercício do direito de voto significava negá-lo à maioria da população brasileira. Por outro lado, garantir essa franquia equivalia a ampliar brusca e espetacularmente o espaço da competição eleitoral, com efeitos potencialmente drásticos sobre o seu produto. Entende-se assim o caráter explosivo da questão. Foi preciso quarenta e cinco anos mais até que a Constituição brasileira passasse a assegurar a universalidade desse direito.

Tensões com os Estados Unidos.

Já estremecidas pelas divergências em torno de questões financeiras – que levaram o governo JK (1956-60) a romper negociações com vistas a um empréstimo do FMI – e pelos desencontros que marcaram a implementação da “política externa independente” – especialmente

no tocante ao problema de Cuba – as relações entre o Brasil e os Estados Unidos ficaram ainda mais difíceis no governo Goulart. Os temas em pauta já foram referidos – não voltarei a eles. O que desejo salientar é que, mesmo durante o governo Kennedy, cuja política tendia a favorecer a preservação da democracia (ou da fachada democrática, se o leitor preferir) nos países da região, a hipótese da desestabilização do governo Goulart esteve sempre presente, como se pode depreender do trecho abaixo, que reproduz resposta dada ao presidente Kennedy, em reunião de avaliação do relacionamento entre os dois países, pelo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon.

“Não creio que queiramos estimular um golpe. Acredito haver duas coisas que queremos realmente fazer com Goulart: usar o fato de que ele tem uma imensa consideração pelo senhor e está realmente muito orgulhoso de ter sido criado esse relacionamento com os Estados Unidos...”

O mais importante é ao mesmo tempo organizar as forças tanto políticas como militares para reduzir o poder de Goulart ... ou, em uma situação extrema, destituí-lo, se as coisas chegarem a esse ponto. O que dependeria de alguma ação explícita de sua parte.”²⁰

¹⁹ Para um histórico do debate legislativo em torno da reforma agrária, cf. CAMARGO, Aspásia de Alcântara. “A questão agrária. Crise de poder e reformas de base (1930-1964)”. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira*. Vol. 10. São Paulo: DIFEL, 1986, pp. 121-224.

²⁰ Background on current situation in Brazil, 28 de julho de 1962. Documento classificado à época como confidencial, disponível nos Arquivos nacionais dos Estados Unidos. *Apud* GORDON, Lincoln. *A segunda chance do Brasil. A caminho do primeiro mundo*. São Paulo: Editora Senac, 2001, pp. 327-28 (título original: *Brazil's*

Nesse contexto, a polarização política não é de estranhar. Ela derivava das mobilizações concorrentes que se produziam nos mais variados setores da sociedade brasileira, o termo “setor” entendido aqui na acepção dada a ele por Dobry: nacionalização do movimento pela reforma agrária – que ganhara impulso anos atrás com as Ligas Camponesas e com as campanhas pela sindicalização rural no Nordeste, e se via fortalecido agora com a vitória nas eleições de 1962 de Miguel Arraes, candidato da “Frente do Recife”, na disputa pelo governo do Pernambuco – e a resposta violenta que despertavam: a organização dos proprietários, que armazenavam armas em quantidades cada vez maiores para enfrentar o desafio²¹; greves “políticas” de trabalhadores urbanos, cujos sindicatos começavam a se articular, com apoio do governo Goulart, através de entidades não enquadradas no sistema corporativo em vigor desde a década de 1930; politização crescente dos meios

católicos, com cisão cada vez mais profunda entre as suas alas progressistas e conservadoras, expressa às vezes em agressões físicas, como se deu no confronto entre militantes da Ação Católica e Congregados Marianos, em Belo Horizonte, nas vésperas do golpe²²; radicalização do movimento estudantil, processo que se acentua a partir de mobilização “setorial” pela reforma universitária conduzida pela UNE (União Nacional dos Estudantes), cuja direção tinha sido empalmada pelos ativistas da esquerda católica organizados na JUC (Juventude Universitária Católica) e, logo, na AP (Ação Popular), em aliança com militantes do PCB e de organizações menores da extrema esquerda²³; em sentido oposto, a aglutinação de empresários e entidades patronais em torno das forças políticas que trabalhavam para bloquear as iniciativas e preparar o terreno para a derrubada do governo²⁴.

A estas, devemos agregar ainda a agitação que tomava conta do setor

second chance. En route toward the First World).

²¹ JULIÃO, Francisco. *O que são as Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro, 1). Além deste texto de divulgação, escrito pelo advogado que liderou o movimento das Ligas, cf. BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984; e, para uma análise em profundidade da dinâmica da mobilização camponesa no Nordeste, CAMARGO, Aspásia Alcântara. *Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste*. Paris: Université de Paris, 1973 (Thèse Doctorat 3^e Cycle).

²² Cf. BRUNEAU, Thomas. *The political transformation of the Brazilian Catholic Church*. London/New York: Cambridge University Press, 1974.

²³ Sobre o movimento estudantil no período, cf. MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*. Campinas: Papyrus Editora, 1997. Sobre a radicalização dos estudantes católicos no Brasil, consultar KADT, Emanuel de. *Catholic radicals in Brazil*. London/New York: Oxford University Press, 1970.

²⁴ Este o tema central do livro de René Armand Dreifuss: *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

de cultura (intelectuais, escritores, artistas de cinema e teatro), de um lado, e, de outro, a que lavrava no campo das associações profissionais, com ênfase naquelas ligadas à magistratura e à advocacia²⁵.

As Forças Armadas não eram imunes a essas tendências. Pelo contrário, abrigando movimentos com inclinações políticas divergentes²⁶, divididas como estiveram na crise da renúncia, a oficialidade do Exército (mas também da Marinha e da Aeronáutica) foi polarizada por grupos radicais, que começaram a conspirar nos primórdios do governo Jango, e um grupo minoritário de oficiais nacionalistas, identificados com o governo.

Contudo, o aspecto mais perturbador era a mobilização dos sargentos e soldados, traduzida mais de uma vez em atos abertos de rebeldia. Como observava José Murilo de Carvalho, a ação coletiva desse grupo é um ponto cego em nossa historiografia. O autor chama a atenção para a importância dela no início dos anos 1930. E os relatos disponíveis dão conta de sua importância também na crise da renúncia. Seja como for, um dos aspectos sensí-

veis da conjuntura que se seguiu a esta foi a organização dos sargentos, cabos e marinheiros, que passavam a reivindicar, com ênfase crescente, o reconhecimento de seus direitos civis e políticos, bem como a melhoria de suas condições de vida.

Foi o que ocorreu com a “revolta dos sargentos”. Levada a efeito em Brasília, em 12 de setembro de 1963, a ação conduzida por sargentos e cabos da Marinha e da Aeronáutica incluiu a tomada de prédios e a detenção, por algumas horas, de oficiais, parlamentares, e de um titular do Supremo Tribunal Federal. O objetivo da ação era protestar contra decisão desta Corte, que impedia a posse de sargento eleito para órgão legislativo, confirmando interpretação restritiva de artigo constitucional sobre a inelegibilidade de militares de baixa patente.

Foi o que voltou a acontecer – com tintas mais carregadas – em 24 de março de 1964, na “revolta de marinheiros”. Reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro para comemorar o primeiro aniversário de sua associação de classe, os cabos e marinheiros decidiram permanecer no local, desobedecendo ordem expressa do Ministro da Marinha. Mas o mais grave ainda estava por vir. Enviados ao local para desalojar os amotinados, fuzileiros navais recusam-se a cumprir a

²⁵ Cf. SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

²⁶ Cf. PEIXOTO, Antonio Carlos. “Le Clube Militaire et les affrontements au sein des Forces Armées (1945-1964)”. In: ROUQUIÉ, A. *Les partis militaires au Brésil, op. cit.*, pp. 65-104.

missão que lhes fora acometida. Com suas imagens transmitidas ao vivo pela TV, muitos deles deitaram ao chão seus apetrechos e vão ao encontro de seus companheiros, sob vivas e salvas de palmas. Na sequência, o Ministro da Marinha pede demissão de seu cargo, e os marinheiros recebem garantias de que não serão punidos.

Nesse momento, a sorte do governo de João Goulart estava lançada. Houve ainda um último espasmo, mas, no dia 31 de março, quando os três mil soldados do Destacamento Tiradentes, em Belo Horizonte, começaram a se deslocar para o Rio de Janeiro, sob as ordens do general Olimpio Mourão Filho, o movimento pela deposição de João Goulart conquistou rapidamente o apoio de quase todos os comandos militares. Quase, porque no dia seguinte – tendo chegado a Porto Alegre, vindo de Brasília – o presidente Goulart foi comunicado de que podia contar com o IV Exército para resistir ao golpe. Mas, apesar dos apelos exaltados de seu cunhado, Leonel Brizola, ele preferiu deixar o país.

3.2. O Movimento pelas “Diretas Já” e o fim do regime de 1964

Ainda que de forma indireta, a vitória surpreendentemente fácil do golpe de 1964 condicionou a crise do regime militar vinte anos depois. Com efeito,

sem ela seria difícil entender algumas das peculiaridades deste regime.

As duas mais importantes para os propósitos da análise feita aqui são, de um lado, a coexistência – ao longo de todo o período – de uma Constituição de índole liberal-democrática com “Atos Institucionais”, que suspendiam a vigência das garantias jurídicas expressas nesse documento, e, de outro, a preservação de partidos políticos emasculados, e de formas limitadas (e contestadas) de eleições competitivas.

É pouco plausível que o hibridismo implicado nesses dois traços vingasse, caso a crise de 1964 tivesse se desdobrado em enfrentamentos armados (de maior ou menor proporção), como parecia provável dias antes de seu desenlace. Nas condições em que este se deu, a Junta Militar que assumiu o provisoriamente governo se via constrangida pelos interesses expressos na coalizão ganhadora, e no teor eminentemente “defensivo” de sua plataforma explícita: “preservação da ordem constituída”, “defesa das instituições democráticas ameaçadas pela aliança entre a corrupção e a subversão comuno-sindicalista”. Nessas circunstâncias, o cuidado com o formalismo jurídico faz sentido: poucos dias depois de instalada, a Junta se dissolvia, cedendo o lugar ao primeiro general-presidente da série, eleito pelo Congresso, com o a-

poio da maioria dos partidos. Apesar desta novidade – um militar na presidência –, parecia ter ocorrido uma intervenção cirúrgica, como as do passado: o Marechal Castelo Branco cumpriria um “mandato tampão”, as eleições presidenciais ocorreriam, como ditava o calendário eleitoral, em novembro de 1965 – mesmo que antes disso fosse necessário expurgar os “maus elementos” da vida política.

Esse o propósito do Ato Institucional editado em 9 de abril de 1964. Ele facultava ao governo de fato punir os “corruptos e subversivos” com a cassação de mandatos e de direitos políticos, entre outras providências. Logo ao sair a primeira lista, a surpresa: nela constava o nome de inúmeras personalidades de grande prestígio, entre as quais o ex-presidente Juscelino Kubitschek, candidato oficial à Presidência do PSD, partido conservador que integrara a aliança golpista.

Era apenas o começo. Pouco depois viria a prorrogação do mandato de Castelo Branco; o Ato Institucional nº 2 – o primeiro não estampava número, pois tinha vigência limitada, e supostamente seria único – que extinguiu os partidos existentes e instituiu a eleição indireta de governadores e presidente da República; em seguida, o AI-3, AI-4, até que, transcorridos menos de dois anos da promulgação de uma nova

Constituição, a crise de 1968 ensejou a edição do Ato Institucional nº 5. Este não tinha prazo de validade. Com ele o regime ganhou feições definidas.

Não é preciso insistir nelas: o exílio brasileiro tornou-as conhecidas em todo o mundo. O que importa é enfatizar a “imperfeição” desse regime (ausência de uma doutrina própria; o seu mencionado hibridismo), de um lado, e, de outro, as dissensões recorrentes entre os militares sobre o desenho da ordem política futura, que tais inconsistências nutriam²⁷.

A liberalização do regime no final do governo Geisel (1974-78) e a subsequente “abertura” emergem na confluência entre lutas de facções militares e as mobilizações, de vulto crescente a partir de 1977, da assim chamada “sociedade civil”. Com a supressão do AI-5; a libertação dos presos políticos; a anistia de 1979 e a volta dos “cassados”, entre os quais figuras emblemáticas como Leonel Brizola, Miguel Arraes e o velho dirigente comunista, Luís Carlos Prestes; as greves de trabalhadores,

²⁷ Sobre o tema, cf. VELASCO E CRUZ, Sebastião C.; MARTINS, Carlos Estevão. “De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da ‘abertura’”. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983; MARTINS FILHO, José Roberto. *O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1996; CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis. Revoltas e protestos de oficiais na ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2012.

nas cidades e também nos campos, que voltam com força à cena brasileira desde a greve dos metalúrgicos do ABC, em 1978; a reforma partidária (abre espaço para o PT - Partido dos Trabalhadores), de Luiz Inácio Lula da Silva), com as eleições diretas, finalmente restabelecidas, para os governos estaduais – com essas e outras implicações, a abertura exacerbava as contradições inerentes ao regime, que vinham sempre à tona nos processos sucessórios.

Como argumentei em trabalho escrito no final do governo do general Figueiredo (1979-1985), a sucessão presidencial nesse regime caracteriza-se pela combinação de dois elementos:

a) Superposição de planos. Na esfera pública, o partido oficial acolhe por unanimidade, em convenção expressamente realizada para esse fim, o nome de um “candidato”, que vem a ser aprovado, pouco depois, em Colégio Eleitoral no qual esse mesmo partido tem garantida ampla maioria. Em outro nível – precedendo à exibição da montagem – desenvolve-se o processo conflituoso do qual resulta o candidato do partido oficial. Esse processo converge para a cúpula do aparelho militar, mas inclui igualmente – às vezes em posi-

ções-chaves – civis e militares da reserva, configurando uma sorte peculiar de “campanha” sucessória.

b) Ausência de procedimentos definidos que organizem o processo decisório. Carência de regras institucionalizadas que deixa em aberto dois quesitos básicos: quem participa na tomada de decisão? E em que qualidade – como peça num sistema de apoio? Como objeto de consulta? Ou como integrante pleno, com direito de voz e voto? Nessas condições, a contabilidade que importa, em última instância, é aquela dos recursos coercitivos à disposição dos diferentes grupos concorrentes.²⁸

No passado, essas características traduziram-se em atritos entre facções (ou cliques militares) – mais de uma vez, em conflitos abertos entre as mesmas. Agora, em meio a um processo dificilmente reversível de abertura política, num quadro de crise econômica profunda e mal-estar social generalizado, a possibilidade de reproduzir o modelo, mantendo a disputa nos limites estreitos dos círculos oficiais era remo-

²⁸ Cf. VELASCO E CRUZ, Sebastião C. “Brésil: le regime et les dilemmes de la succession présidentielle”. *Problèmes d’Amérique Latine*, nº 70, 1983, pp. 128-144.

ta. Essa avaliação era compartilhada por todos os atores políticos, que – depois da vitória eleitoral obtida pelos partidos de oposição nas eleições de 1982 (maioria na Câmara, e governo dos principais estados do país) – passavam a incluí-los em suas conjecturas.

No início, como coadjuvantes, parceiros de um ou outro dos nomes que surgiam como candidatos prováveis no partido do regime, o PDS (Partido Democrático Social, antigo ARENA). Foi assim durante todo o ano político de 1983. Mas, ao terminar o verão de 1984, esse quadro foi alterado por um forte movimento de opinião.

A campanha pelas “Diretas Já” tomou corpo depois que o sucesso – muito maior do que o esperado – de um comício em cidade de importância política secundária no Sul do país mostrou às forças de oposição que havia espaço para que elas comparecessem no jogo sucessório empunhando essa bandeira. A partir daí, encabeçada por líderes de expressão nacional, com a participação ativa de entidades profissionais e sindicatos (com destaque para a recém criada CUT) e o suporte dos governos estaduais controlados pelos partidos de oposição, a campanha pelas “Diretas” ganhou ímpeto, e terminou por expressar-se em comícios gigantescos, no Rio e em São Paulo, que reuniram centenas de milhares de pessoas.

Esses atos tinham como objetivo imediato pressionar o Congresso pela aprovação de emenda constitucional prevendo a realização de eleições diretas para a escolha do sucessor de Figueiredo. Depois de semanas tomadas por manobras intimidatórias, no dia do voto tropas do Exército ocupavam Brasília. Nesse clima, embora apoiada pela maioria dos congressistas, a Emenda Dante Oliveira não conseguiu os dois terços dos votos necessários à sua aprovação.

Subordinada ao ritmo da atividade congressual, cuidadosamente separada das demais mobilizações que marcaram o período – ao contrário do que se dera em 1962, na campanha pelo plebiscito, não houve tentativa de reforçá-la mediante ocupações e/ou “greves políticas” –, a campanha pelas “Diretas Já” dissolveu-se logo depois do revés sofrido. Mas os seus efeitos continuaram a se fazer sentir por muito tempo. Ao canalizar a insatisfação e as esperanças de uma parcela tão grande da população brasileira, ela acentuou as fraturas já existentes no partido do governo, que acabou por cindir-se, dando origem ao PFL (Partido da Frente Liberal), cujo apoio tornou possível a vitória do moderado Tancredo Neves – governador de Minas Gerais, e um dos políticos mais experientes do País – no Colégio Eleitoral. Mais do que isso, mu-

dou o sentido da disputa nessa arena, ao canalizar para ela a pressão do eleitorado mobilizado (que não tinha voto, mas se expressava de forma audível) e ao definir a agenda da transição. Meses depois, quando, acometido de doença fulminante, Tancredo Neves falece, seu substituto, José Sarney – até pouco tempo atrás presidente do PDS – herdou o ministério montado por Tancredo e as linhas mestras de seu programa de governo: remoção das leis restritivas remanescentes (o “entulho autoritário”); convocação da Assembleia Constituinte; estabilização financeira, combinada a uma política econômica aliando justiça social e crescimento.

Um comentário de caráter analítico para finalizar esta parte. As mobilizações multissetoriais, na conjuntura de 1984, tiveram grande amplitude, e envolveram a tomada de posição de vários atores coletivos, entre eles os empresários –, mas não se estenderam ao campo, às fábricas, ou aos bairros populares. Elas foram vigorosas o bastante para alterar os termos do cálculo político dos atores, e provocar “efeitos de desobjetivação” importantes, tais como o que se expressou na fratura do partido oficial –, mas não afetaram de forma expressiva a lógica específica da maior parte dos setores, nem abalaram a coesão das Forças Armadas. Embora tenha ocorrido em momento de grave

crise econômica e mal-estar social, não se verificou nenhuma tentativa séria de sincronizar a mobilização por eleições diretas e outras mobilizações em curso no país. Pelo contrário, mesmo as correntes de esquerda aglutinadas em torno do Partido dos Trabalhadores concentraram forças na campanha pelo voto, evitando trazer para o movimento questões de outra índole, com potencial divisivo certo. Compreende-se, assim, a tonalidade cívica comunicada à campanha e o caráter “ordeiro” desta: emprego intensivo de símbolos nacionais (cores da bandeira, o hino nacional); o fato de reunir centenas de milhares (mais de um milhão, segundo os organizadores) de pessoas, sem provocar nenhum incidente como argumento adicional em favor de sua causa. Por tudo isso, as mobilizações pelas “*diretas já*” não despertaram contramobilizações de envergadura: elas surgiam como expressão de um amplo consenso nacional. Como se viu, elas foram derrotadas em seu objetivo explícito: fazer aprovar a emenda constitucional que tornaria em direta a eleição do novo presidente. Mas acabou por realizar o seu *leit motif*: a divisão do PDS tornou possível a vitória do candidato de oposição no Colégio Eleitoral, até então estritamente controlado pelos militares.

4. CRISES E QUASE CRISES: UM NOVO OLHAR À SOCIOLOGIA DAS CRISES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Embora muito sumárias, as indicações apresentadas acima nos dão os elementos requeridos para a elaboração do argumento que encerrará este artigo. 1961; 1964; 1984. Situações críticas, certamente, mas situações que se afastam em graus muito variados da representação estilizada que Dobry nos propõe com o conceito de “conjunturas fluidas”.

Com este o autor pretende designar os estados assumidos pelos sistemas sociais complexos quando submetidos a mobilizações multissetoriais. Esses estados caracterizam-se pela combinação de um conjunto limitado de propriedades elementares, às quais se associam outras tantas, mais facilmente observáveis. Manifestando-se com intensidade variável em situações reais, tomadas isoladamente elas não são exclusivas às dinâmicas de crise do tipo considerado. O que distingue as conjunturas fluidas é o fato de apresentarem, sob uma ou outra figura, o conjunto de tais propriedades, a saber: 1) dessetorização conjuntural do espaço social (redução da autonomia dos setores afetados pelas mobilizações; desenclausuração (*desenclavement*) dos espaços de enfrentamento; evasão dos

cálculos); 2) incerteza estrutural (embaralhamento dos índices e perda de eficácia dos instrumentos de avaliação usados com sucesso pelos atores em seus cálculos rotineiros); 3) desobjetivação das relações setoriais.

1961; 1964; 1984. Em alguma medida, esses elementos se manifestam nas três conjunturas abordadas. No entanto, não é preciso aprofundar a análise para constatar que fazem isso de maneira e com alcance muito diferentes. As duas primeiras conjunturas apresentam de forma muito mais acusada aquelas propriedades. Apesar do componente de fluidez que exhibe, a terceira permanece muito mais próxima do jogo político corrente, como rotineiramente jogado. Nesse sentido, a conjuntura de 1984 ilustra bem o que tenho em mente ao falar em “quase crise”. Agora, como dar conta dessa diversidade? Em outro plano, até que ponto a consideração das particularidades nos sugere pistas para avançar na reflexão teórica?

O espaço disponível não me permite muito mais do que algumas observações rápidas. Mesmo assim, arriscaria dizer que seria preciso avançar em três direções para lidar com o tipo de problema levantado.

1. Na abordagem da dimensão temporal do fenômeno

Não é preciso reiterar as razões que levam Dobry a rejeitar o apelo para explicar a emergência da crise política, como resultado de um processo histórico. A *Sociologia das crises políticas* toma a crise (a conjuntura fluida) como um dado, e se propõe a desvelá-la. Nem por isso a questão do tempo está ausente nessa teoria. Ela é constitutiva na construção dos dois tipos polares de conjuntura (críticas e rotineiras), e na análise da dinâmica própria das conjunturas fluidas: a entrada em cena sucessiva dos “grandes atores coletivos” (p. 32); a “sincronização/dessincronização dos ritmos setoriais” (p. 163 e segs.); os processos de “escalada” (p. 190 e segs.), para citar apenas alguns exemplos. Agora, sem incidir nas “ilusões” criticadas com rigor característico pelo autor, creio que seria preciso especificar melhor os critérios de identificação do fenômeno: ao observar processos políticos reais, a partir de que momento nos deparamos com uma conjuntura fluida, e quando ela reflui para condições de (sempre relativa) “normalidade”?

Formulada assim, em abstrato, a pergunta não tem grande interesse. Não existem critérios “externos”, “objetivos” para identificar os limites temporais de uma conjuntura fluida. Mas a ques-

tão proposta ganha significado maior quando consideramos a relação “interna” entre uma crise e outra. É o caso das duas primeiras apresentadas neste artigo. A “crise da renúncia” e a de “1964”. Devemos tratá-las como conjunturas distintas ou como momentos sucessivos de uma crise única, que recorta um período histórico e lhe confere unidade? Na primeira hipótese, esbarramos nesta constatação embaraçosa: algumas fases da crise não apresentam as propriedades elementares das conjunturas fluidas, então ...? A segunda hipótese, que me parece mais pertinente, nos remete à questão dos determinantes endógenos que vinculam as duas crises (no caso, a “artificialidade” da solução parlamentarista). A indicação desses elementos escapa à teoria – “cada caso é um caso” –, mas seria conveniente abrir espaço *na teoria* para acomodar o tipo de conexão que eles expressam.

2. No tema da diferenciação social

Dobry é bastante parcimonioso no trato dessa questão. Com efeito, indicando não ter a pretensão de elaborar uma teoria a respeito da emergência da forma de diferenciação própria às sociedades modernas, e confessando seu ceticismo com respeito à possibilidade de êxito nesse tipo de empreitada, ele

se além ao fundamental: a caracterização do aspecto central compartilhado por essas sociedades, sua complexidade estrutural, a multiplicidade de suas esferas sociais diferenciadas, sua organização em “setores”.

Retroagindo aos clássicos (Durkheim e Weber), Dobry expõe o significado que atribui ao termo, assinalando sua proximidade e suas diferenças de noções próximas, como a de “*campo social*”, “*sistema de interação*”, ou “*sistema de ação*”. Não é preciso acompanhá-lo nesse movimento. Basta destacar a decisão, rica em implicações analíticas, de desvincular a noção de qualquer suposto de caráter funcionalista: o que caracteriza um setor não é a “*função*” que desempenha no conjunto da sociedade – até mesmo porque os setores costumam ser multifuncionais, e alguns emergem na própria dinâmica das conjunturas fluidas. E indicar que a caracterização dos “*sistemas sociais complexos*” delimita o campo de validade, o “*domínio de pertinência*” de sua teoria.

Pois bem. O contato com o processo político brasileiro chama a atenção para as fronteiras fluidas desse domínio. Isso fica claro na exposição sobre as crises do Brasil pré-1930, mais precisamente no rápido registro que existe nela a respeito das diferenças regionais no país. Voltarei ao tema logo

a seguir. Por ora, quero chamar a atenção para um aspecto correlato: as assincronias no processo de constituição dos setores. Vimos como no Brasil o processo de conformação de Forças Armadas foi lento, em comparação com o de outros setores (os descompassos são muito mais notáveis ainda no caso dos Estados Unidos²⁹). “*Desenvolvimento desigual e combinado*”: creio que a incorporação desse elemento pode ter implicações teóricas de monta. No tocante, em particular, à dimensão militar, creio ser possível avançar a hipótese de que, em contextos de baixa institucionalidade e/ou dispersão dos meios de violência, a crise política tende a deslizar rapidamente para a lógica da guerra, o que a distancia do terreno coberto pela teoria de Dobry.

Essa hipótese sugere uma observação de caráter mais geral. Ao analisar os setores, Dobry concentra-se em suas características genéricas. Setores são “*zonas limitadas de interdependência tácticas de atores*”, esferas sociais dotadas de lógica própria, que se impõe aos atores independentemente de sua vontade. A *Sociologia das crises políticas* não se detém na análise sistemática das particularidades desse ou daquele setor, e se concentra na análise

²⁹ Cf. SKOWRONEK, S. *Building a new American State: the expansion of national administrative capacities, 1877-1920*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

se de um único aspecto – por certo dos mais importantes – das relações tecidas entre eles.

Aqui e ali, encontramos passagens extremamente agudas sobre os procedimentos peculiares que asseguram um grau mais elevado de objetivação das relações internas a um dado setor³⁰, e a teoria reserva um lugar de destaque à noção de “*transações colúsvias*”, o reconhecimento mútuo que em situações rotineiras prevalece entre os setores, e que desempenham um papel de primeira ordem na manutenção de sua estabilidade. A certa altura, Dobry menciona que essas transações se dão entre “*certos setores*”, que formam, assim, uma “*rede de consolidação*” (p. 110). Em outra parte, ele registra o significado da extensão do processo de sincronização a “*setores periféricos como o campo da produção cultural (literária, artística, etc.)*” (p. 164). Essas passagens parecem indicar que a construção do autor leva em conta, ainda que implicitamente, outras dimensões, além daquelas tratadas na superfície da obra. Com efeito, por que transações entre tais e quais setores, e não entre outros quaisquer? Setores periféricos, em relação a que outros?

³⁰ (Nas organizações militares) “... *la vérification constante de l'état de leurs relations internes par le biais de tests routiniers fonctionnant à la visibilité – le refus de saluer procure une information immédiate*”. DOBRY, M. *La Sociologie des crises politiques*, op. cit., p. 170.

Dobry toma o cuidado de precisar que esses campos sociais são “*secondaires ou périphériques, au moins par rapport aux sites sociaux ou secteurs dans lesquels les mobilisations puisent alors l'essentiel de leurs ressources*”³¹, mas parece razoável perguntar como seria possível formular tal juízo na ausência de algo como um “*diagrama*” dos setores? Mais explicitamente, na ausência de um esquema que aponte as relações de complementaridade, maior ou menor, existente entre eles³².

E não é só. O que a experiência histórica evocada neste artigo sugere é que o impacto político das mobilizações (e do processo de dessetorização por ela induzido) varia muito em função dos setores envolvidos. Para me ater ao caso mais óbvio, a extensão desse efeito à organização militar – sobretudo quando leva à ruptura dos princípios de hierarquia e disciplina que lhe são constitutivos – exaspera a crise e a conduz ao limiar da guerra.

3. Na dimensão espacial (geográfica) das crises

O relato oferecido neste artigo sobre as crises brasileiras pôs em relevo a importância das regiões: resistên-

³¹ Id., *ibid.*, pp. 163/4.

³² O leitor encontrará uma tentativa (não necessariamente de todo exitosa) de avançar neste terreno em FLIGSTEIN, Neil; McADAM, Doug. *A theory of fields*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

cia do Rio Grande do Sul à tentativa de golpe, em 1961; o impacto perturbador das mobilizações – antes e depois desse episódio – no Nordeste. Não se trata de uma peculiaridade desse país. Conjugada à diferenciação estrutural, persiste e se reproduz continuamente nas sociedades modernas uma forma de diferenciação que poderíamos denominar, com Luhmann, de segmentária. Centro e periferia, em sua configuração mais simples, o recorte que dela resulta pode ter grande relevância na análise dos processos de mobilização e crise nessas sociedades. Assim como se estendem multissetorialmente, as mobilizações se propagam no espaço, com efeitos distintos, segundo o papel desempenhado pelas regiões concernidas no país considerado.

Esse mesmo relato traz à baila o tema da dimensão espacial na análise da crise sob um outro aspecto: a questão pedregosa das “*pressões externas*”. Em uma nota de pé de página, Dobry esclarece ter decidido, meditadamente, evitá-la.³³ Não é difícil imaginar as razões do autor para tomar essa medida. O tratamento desse elemento – no nível de sistematicidade a que se impôs – complicaria de tal forma sua tarefa que

³³ “*Sur la place de ces pressions externes dans les jeux politiques internes, point que, par décision de méthode, on a, dans le cadre de cette ébauche d’une théorie des conjonctures fluides, laissé de côté, voir en particulier...*” Id., ibid., nota 1, p. 158.

a tornaria inviável. Nesse sentido, foi uma decisão sábia.

Mas aqui, livre de tais constrangimentos, devo chamar a atenção para o que ela tem de problemática. Com efeito, a metáfora espacial (“*pressões externas*”/“*jogos políticos internos*”) não são de todo adequadas ao seu objeto. Sem dúvida, podemos e devemos falar das crises em questão como crises nacionais. Mas não podemos entender a sua dinâmica se operarmos com essa dicotomia. Tome-se o caso de dois “setores” de importância crucial nas duas primeiras crises: o setor estruturado em torno da Igreja Católica e o “setor empresarial”. O primeiro deles é transnacional, por definição, e o segundo incluía empresas internacionais (principalmente norte-americanas) como atores estratégicos, mormente nos serviços de utilidade pública e na indústria.

Podemos avançar na análise substantiva de processos reais de crise com base nessa simples constatação. Mas, se quisermos dar um tratamento teórico ao problema, precisaríamos avançar na caracterização dos setores, explorando as implicações de seus desenhos espaciais diversos.

*** **

Poderíamos seguir neste exercício, mas seria excessivo. Os elementos

apresentados até aqui são amplamente suficientes para dar conta da generalidade e do poder heurístico da obra analisada.

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-Ineu)

O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-Ineu) tem como objetivo produzir conhecimento qualificado sobre política externa americana para diferentes setores no Brasil, destacadamente, o universo acadêmico, empresarial e governamental.

PRINCIPAIS TÓPICOS DE PESQUISA

POLÍTICA ECONÔMICA INTERNACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS

Subáreas: Política Comercial; Reforma Financeira; Investimento e Segurança

GRANDE ESTRATÉGIA E POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS

Subáreas: EUA no Sistema Mundial; Política Energética; Ajuda Externa

O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA GLOBAL

Subáreas: Sistema Multilateral de Comércio; Organizações Econômicas Internacionais; Direitos Humanos; Combate ao Terrorismo

INTEGRAÇÃO E CRISE NA AMÉRICA DO SUL E A POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS PARA A REGIÃO

Subáreas: Integração Regional; Relações com o MERCOSUL; Política de Segurança; Energia

PESQUISADORES PRINCIPAIS

Comitê Gestor:

Tullo Vigevani - Coordenador Geral

Sebastião C. Velasco e Cruz - Coordenador de Pesquisa

Reginaldo C. C. de Moraes - Coordenador de Difusão de Conhecimentos

Flávia de Campos Mello - Coordenadora de Ensino

Assistente da Coordenação:

Juliano Akira de Souza Aragusuku - Unicamp

Conselho Acadêmico:

Tullo Vigevani - Unesp/ Cedec

Andrei Koerner - Unicamp

Cristina Carvalho Pacheco - UEPB

Flávia de Campos Mello - PUC-SP

Jaime Cesar Coelho - UFSC

Luis Fernando Ayerbe - Unesp

Reginaldo Mattar Nasser - PUC-SP

Reginaldo C. C. de Moraes - Unicamp

Ricardo Alaggio Ribeiro - UFPI

Sebastião C. Velasco e Cruz - Unicamp/Cedec



INCT-INEU
<http://www.inct-ineu.org.br>
inct-ineu@inct-ineu.org.br